



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Resolução n. 49, de 12 de abril de 2011

Altera o Regulamento Geral do Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRÓ-SER.

O Presidente do Conselho Deliberativo do PRÓ-SER, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do art. 68 do Regulamento Geral, aprovado pela [Resolução nº 62, de 18 de setembro de 1992](#), e tendo em vista decisão do referido Conselho em sessão ordinária de 12 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 7º, 8º, 16 e 63, e revogar o art. 71 do [Regulamento Geral do PRÓ-SER](#), que passam a vigorar com as seguintes redações:

**“Art. 7º .....**

**IV – os pensionistas estatutários dos beneficiários a que se referem os incisos I e II, vedada, quanto a eles, a inscrição de dependentes.**

**.....**

**§ 2º Os dependentes a que se referem os incisos I e II deste artigo, excluídos os dos ocupantes de cargo em comissão de investidura originária, poderão ser incluídos no PRÓ-SER como beneficiários provisórios no período compreendido entre a data do óbito do instituidor e a da efetiva concessão da pensão.**

**§ 3º O beneficiário provisório, que não se tornar pensionista, restituirá ao PRÓ-SER o valor total das despesas por ele realizadas nesta condição, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação das despesas.**

**§ 4º Para os servidores em exercício provisório no STJ, os descontos de custeio e contribuição voluntária previstos no art. 63 deste Regulamento serão efetuados por meio da folha de pagamento do órgão de origem do servidor.**

**Art. 8º São dependentes diretos dos beneficiários titulares a que se refere o § 1º do art. 7º os previstos nos incisos I a IV deste artigo, e os indiretos os dos incisos V a VIII, conforme se segue:**

.....

**III - o ex-cônjuge com percepção de pensão alimentícia;**

.....

**Art. 16. As Assistências médico-hospitalar e odontológica serão prestadas nas modalidades direta e indireta, em território nacional.**

**Parágrafo Único. Não serão amparadas despesas realizadas no exterior, salvo casos excepcionais autorizados previamente pelo Conselho Deliberativo e desde que observadas as disposições da lei brasileira para apresentação dos documentos, inclusive quanto ao desembaraço fiscal.**

.....

**Art. 63 .....**

.....

**III - com a participação mensal do beneficiário titular no percentual de 2% (dois por cento) de sua remuneração, deduzidos o Imposto de Renda retido na fonte, a contribuição ao Plano de Seguridade Social e os valores pagos a título de pensão alimentícia;**

**IV – com a participação mensal do beneficiário titular, por dependente inscrito no PRÓ-SER, conforme se segue:**

**a) dependentes diretos (cônjuge/companheiro, ex-cônjuge com percepção de pensão alimentícia e filhos):**

**0,5% por dependente, até o limite de quatro dependentes para incidência do desconto;**

**b) dependentes indiretos: (pai, mãe / padrasto, madrasta; menor pelo qual o servidor seja legalmente responsável; irmãos inválidos; pessoa inválida): 2% por dependente.**

**§ 1º Para os servidores cedidos, requisitados e em lotação provisória, com função comissionada ou cargo em comissão, a contribuição mensal será de 3% (três por cento) sobre a base de cálculo da remuneração percebida no STJ, considerando-se o piso estabelecido no § 4º deste artigo.**

.....  
**§ 3º O beneficiário titular e dependentes diretos participarão do custo dos serviços que lhe forem prestados nas seguintes proporções:**

**I - .....**

**a) nas despesas hospitalares e ambulatoriais em quimioterapia, hemodiálise, radioterapia e honorários com internação clínica e cirúrgica, 10%;**

.....  
**III - os dependentes indiretos (pai, mãe / padrasto, madrasta; menor pelo qual o servidor seja legalmente responsável; irmãos inválidos; pessoa inválida) custearão os procedimentos realizados em 20% (internações clínicas e cirúrgicas) e 50% (demais procedimentos).**

**IV - na área de benefícios sociais, conforme regulamentação própria de cada Programa;**

**§ 4º Os valores de contribuição mensal e custeio previstos neste Regulamento não poderão ser inferiores aos arrecadados com base na remuneração líquida inicial do Técnico Judiciário, deduzidos os descontos previstos no § 2º deste artigo.**

**§ 5º A execução dos contratos e despesas obedecerá às normas de administração financeira e orçamentária, e demais legislação vigente.**

**§ 6º É vedada a utilização dos recursos previstos nos incisos II e III deste artigo para contratação de pessoal.**

**§ 7º As participações a que se referem os incisos I a III deste artigo destinam-se, pela ordem, a:”**

Art. 2º Revogar o art. 75 do [Regulamento Geral do PRÓ-SER](#).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no prazo de seis meses após a data de publicação.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**